



Tribunal de Contas do Estado da Paraíba

TRAMITA - Sistema de Tramitação de Processos e Documentos

RECIBO DE PROTOCOLO

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba certifica que em 30/12/2020 às 11:45:47 foi protocolizado o documento sob o Nº 79167/20 da subcategoria Contratos , exercício 2020, referente a(o) Defensoria Pública do Estado da Paraíba, mediante o recebimento de informações/arquivos eletrônicos encaminhados por Elisangela Cunha Barreto.

Número do Contrato: 000000182020

Data da Publicação: 29/12/2020

Data da Assinatura: 22/12/2020

Data Final do Contrato: 21/02/2021

Valor Contratado: R\$ 1.188,00

Situação do Contrato: Vigente

Objeto: AQUISIÇÃO DE 200 (DUZENTOS) GARRAFÕES DE ÁGUA MINERAL SEM GÁS

Contratado (Nome): PLATINA MINERAL LTDA-EPP

Contratado (CNPJ): 03.977.181/0001-07

[INFORMAÇÃO DO SISTEMA] Envio Fora do Prazo: Não

Documento	Informado?	Autenticação
[PDF] Contrato	Sim	68be9ce72a756b340a4368fe595f9ea1
[PDF] Designação do fiscal do contrato	Não	
[PDF] Designação do gestor do contrato	Não	
[PDF] Documentos comprobatórios da regularidade da contratada	Não	
[PDF] Publicidade do(s) contrato (s)	Sim	64346453f31bd2de9d47d04999040afe

João Pessoa, 30 de Dezembro de 2020



Sistema de Processo Eletrônico do TCE-PB

QUARTEL DO COMANDO GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DA PARAÍBA.
 Valor 255.006,71
 Classificação Funcional-Programática 23.901.06.182.5005.1157.0287.4490.39.270.00
 Período da Vigência do Contrato 23/12/2020 A 23/12/2021
 Data da Assinatura 23/12/2020
 Gestor do Contrato CABO ANDRÉ VIEIRA DE SOUZA - Mat.: 523.518-9
 MARCELO AUGUSTO DE ARAÚJO BEZERRA - COMANDANTE GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS DA PARAÍBA

Extrato de Contrato

Nº do Cadastro 20-04624-3
 Nº do Contrato 0042/2020
 Contratante FUNDO ESPECIAL DO CORPO DE BOMBEIROS
 Contratado MARCIO SANDRO MALLEZ PEZARIM
 Objeto AQUISIÇÃO DE MEDALHAS E LAUREAS PARA O CBMPB
 Valor 64.895,00
 Classificação Funcional-Programática 23.901.06.122.5046.4216.0287.3390.30.270.00
 Período da Vigência do Contrato 11/12/2020 A 31/12/2020
 Data da Assinatura 11/12/2020
 Gestor do Contrato MABEL MAGNO DE PAULA TOMAZ - Mat.: 527.349-8
 MARCELO AUGUSTO DE ARAÚJO BEZERRA - COMANDANTE GERAL DO CBMPB

Companhia de Processamento de Dados da Paraíba

EXTRATOS

CIA DE PROCESSAMENTOS DADOS DA PARAÍBA

Extrato de Contrato

Nº do Cadastro 20-04619-7
 Nº do Contrato 0016/2020
 Contratante CIA DE PROCESSAMENTOS DADOS DA PARAÍBA
 Contratado NTSEC SOLUÇÕES EM TELEINFORMÁTICA LTDA
 Objeto CONSTITUI OBJETO DESTES CONTRATOS AS CONTRATAÇÕES DE SOLUÇÃO DE PROTEÇÃO DE REDES, INCLUINDO AQUISIÇÕES DE HARDWARE E SOFTWARE, E RESPECTIVO SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO, POSTERIOR MONITORAMENTO, E COM SUPORTE TÉCNICO 24X7X365, CONTEMPLANDO UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, OBRIGATORIAMENTE TODOS NOVOS E DE PRIMEIRO USO, DE ACORDO AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO TERMO DE REFERÊNCIA DA CONTRATANTE.
 Valor 456.300,00
 Classificação Funcional-Programática 19.204.19.126.5046.4219.0287.3390.40.270.00
 Período da Vigência do Contrato 3/12/2020 A 3/12/2021
 Data da Assinatura 3/12/2020
 Gestor do Contrato RENANN BARBOSA MARTINS - Mat.: 7003439
 ANGELO GIUSEPPE GUIDO DE ARAUJO RODRIGUES - DIRETOR PRESIDENTE

Extrato de Contrato

Nº do Cadastro 20-04629-4
 Nº do Contrato 0017/2020
 Contratante CIA DE PROCESSAMENTOS DADOS DA PARAÍBA
 Contratado E-GEN CONSULTORIA PARA INFORMÁTICA LTDA
 Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTINUADO DE DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE PARA PERMITIR A MANUTENÇÃO EVOLUTIVA E CORRETIVA DE SOFTWARES PRÓPRIOS E EXISTENTES DA CONTRATANTE, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS CONTIDAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA.
 Valor 803.574,00
 Classificação Funcional-Programática 19.204.04.126.5001.4902.0287.3390.40.270.00
 Período da Vigência do Contrato 8/12/2020 A 8/12/2021
 Data da Assinatura 8/12/2020
 Gestor do Contrato RENANN BARBOSA MARTINS - Mat.: 7003439
 ANGELO GIUSEPPE GUIDO DE ARAUJO RODRIGUES - DIRETOR PRESIDENTE

Defensoria Pública do Estado da Paraíba

LICITAÇÃO

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA

RATIFICAÇÃO

PROCESSO Nº 2709/2020-8

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 005/2020

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA, em cumprimento ao art. 26 da Lei Federal nº 8.666/93, RATIFICA, a Inexigibilidade de Licitação Nº 005/2020, nos termos do artigo 25, da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações, e autoriza a contratação do serviço de tecnologia da informação e comunicação aos Órgãos centralizados e descentralizados que integram a Administração Pública, em favor da COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DA PARAÍBA - CODATA, CNPJ Nº 09.189.499/0001-00, no valor global de R\$ 40.929,60 (quarenta mil, novecentos e vinte reais), em conformidade com o parecer da Assessoria Jurídica desta Defensoria Pública, expresso nos autos do Processo.

João Pessoa/PB, 23 de dezembro de 2020

RICARDO JOSÉ COSTA SOUZA BARROS
 Defensor Público Geral

EXTRATOS

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA

EXTRATO DE CONTRATO

Nº PROCESSO: 00006.002651/2020-7
 Nº DO CONTRATO: 018/2020
 CONTRATANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA
 CONTRATADA: PLATINA MINERAL LTDA
 OBJETO DO CONTRATO: FORNECIMENTO DE 200 (DUZENTOS) CARRAFÕES DE ÁGUA MINERAL SEM GÁS, ENGARRAFADAS EM CALÕES DE 20 LITROS
 PERÍODO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL: 02 (DOIS) MESES, A CONTAR DA ASSINATURA DO CONTRATO
 VALOR GLOBAL ESTIMADO DO CONTRATO: R\$ 1.188,00 (UM MIL, CENTO E OITENTA E OITO REAIS)
 CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 14101.03.122.5046.4216.339030.100
 DATA DA ASSINATURA: 22/12/2020
 EMBASAMENTO LEGAL: ART.24, INC. II DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93
 RICARDO JOSÉ COSTA SOUZA BARROS
 Defensor Público Geral do Estado da Paraíba

EXTRATO DE CONTRATO

Nº DO PROCESSO: 00006.001941/2020-0
 Nº DO CONTRATO: 019/2020
 CONTRATANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA
 CONTRATADA: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
 OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POSTAIS E TELEMÁTICOS CONVENCIONAIS.
 PERÍODO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL: 12 (DOZE) MESES, A CONTAR DA ASSINATURA DO CONTRATO.
 VALOR ANUAL ESTIMADO DO CONTRATO: R\$ 24.600,00 (VINTE E QUATRO MIL E SEISCENTOS REAIS).
 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 14101.03.122.5046.4216.339039
 DATA DA ASSINATURA: 16/12/2020
 EMBASAMENTO LEGAL: ART.25, INC. II DA LEI Nº 8.666/93
 RICARDO JOSÉ COSTA SOUZA BARROS
 Defensor Público Geral do Estado da Paraíba

Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca

EXTRATOS

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENV AGROPECUÁRIA E PESCA

Extrato de Aditivo de Contrato

Nº do Cadastro 20-04217-5
 Nº do Contrato 0024/2020
 Contratante SECRETARIA DE ESTADO DE DESENV AGROPECUÁRIA E PESCA
 Contratado RIO VALE AUTOMOTORES LTDA
 Valor Original do Contrato 58.290,00
 Nº do Aditivo 01
 Objeto do aditivo O PRESENTE ADITIVO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO POR 30 DIAS, CONTADOS A PARTIR DE 30.12.2020 A 30.01.2021, HAJA VISTA, TRATAR-SE DE AQUISIÇÃO DE VEÍCULO UTILITÁRIO COM RECURSOS PROVENIENTES DE FONTE FEDERAL, E QUE EM DECCRÊNCIA DA DEMORA NA ANÁLISE E APROVAÇÃO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO NO ÂMBITO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, INTERVENIENTE NO CR, ASSIM COMO, A NECESSIDADE DE VISTORIA REALIZADA POR TÉCNICO DESIGNADO PELA CEF, ESTA SECRETARIA NECESSITA ADITAR O CONTRATO Nº 024/2020, VISTO QUE O POSTERIOR PAGAMENTO SO OCORRERÁ MEDIANTE COMPROVAÇÃO LEGAL DE VIGÊNCIA DO MESMO.
 Valor do aditivo 0,00
 Período da Vigência do Contrato 20/11/2020 A 30/1/2021
 Data da Assinatura do aditivo 18/12/2020
 Gestor do Contrato PATRICIA DALIARK SALES - Mat.: 180.213-5
 EFRAIM DE ARAUJO MORAIS - SECRETÁRIO DA AGROPECUÁRIA E DA PESCA

Extrato de Aditivo de Contrato

Nº do Cadastro 20-01855-0
 Nº do Contrato 0003/2020
 Contratante SECRETARIA DE ESTADO DE DESENV AGROPECUÁRIA E PESCA
 Contratado AQUATRO AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL
 Valor Original do Contrato 280.000,00
 Nº do Aditivo 01
 Objeto do aditivo O PRESENTE ADITIVO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 03/2020 POR MAIS 180 (CENTO E OITENTA) DIAS, CONTADOS A PARTIR DE 31.12.2020 ATÉ 29.06.2021, HAJA VISTA, TRATAR-SE DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO CONTÍNUOS, PARA ATENDER A META Nº 01 DO CONVÊNIO Nº 836.325/2016 - SEDAP/MAPA, DE ACORDO COM O PLANO DE TRABALHO DO REFERIDO CONVÊNIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS ESTABELECIDOS NO TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS.
 Valor do aditivo 0,00
 Período da Vigência do Contrato 8/6/2020 A 29/6/2021
 Data da Assinatura do aditivo 21/12/2020



**DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DA PARAÍBA**

CONTRATO Nº 018/2020 - DPPB

**CONTRATO ADMINISTRATIVO, QUE
ENTRE SI, FAZEM A DEFENSORIA
PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA, E
A PLATINA MINERAL LTDA,
REFERENTE AO FORNECIMENTO DE
ÁGUA MINERAL, NA FORMA ABAIXO:**

Pelo presente instrumento particular de contrato, de um lado a DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.733.319/0001-80, com sede na Rua Monsenhor Walfredo Leal, nº 487, Tambiá, João Pessoa/PB, CEP: 58.020-540, neste ato representada por seu DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO, DR. RICARDO JOSÉ COSTA SOUZA BARROS, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF nº 250.931.264-20 e RG nº 536.481 SSP-PB, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa PLATINA MINERAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 03.977.181/0001-07, situada na Rodovia Br 250, S/N Km 45, Zona Rural, Santa Rita-PB, CEP 58300-000, neste ato representada pelo Sr. JOSÉ CARLOS FALCÃO DA CUNHA LIMA, brasileiro, engenheiro, CPF/MF nº 394.930.054-87, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar por força do presente instrumento, baseado no Processo Administrativo nº 00006.002651/2020-7 Dispensa de licitação nº 00044/2020, o CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, a seguir caracterizado, mediante as seguintes cláusulas e condições que mutuamente se obrigam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO SUPORTE LEGAL

- 1.1 - O presente contrato reger-se-á pelos seguintes diplomas legais:
- a) Constituição Federal (artigo 37, XXI).
 - b) Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações posteriores.
 - c) Constituição do Estado da Paraíba.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1 - O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada no fornecimento paulatino de até 200 (duzentos) garrafrões de água mineral, sem gás, em garrafrões e em galões de 20 litros da marca PLATINA, conforme as necessidades do

CONTRATANTE.

2.2 - A CONTRATADA indicará preposto para representá-la junto à CONTRATANTE

CLAUSULA TERCEIRA - DOS DOCUMENTOS APLICÁVEIS

3.1 - Aplicam-se ao presente contrato, como se nele estivessem integralmente transcritos, os documentos, a seguir relacionados, de cujo inteiro teor e forma as partes declaram, expressamente, ter pleno conhecimento: Documentos anexados ao processo de dispensa de licitação.

CLAUSULA QUARTA - DO PREÇO

4.1 - A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, o valor especificado na proposta comercial de responsabilidade da CONTRATADA, R\$ 5,94 (Cinco reais e noventa centavos) por garrafão de água, acompanhado da Nota Fiscal, consoante respectivas faturas de FORNECIMENTO, de acordo com a necessidade do órgão, perfazendo o valor global estimado de até R\$ 1.188,00 (Um mil, cento e oitenta e oito reais).

CLAUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

5.1 - A vigência do Contrato será por 02 (dois) meses, a contar da assinatura deste termo, 22/12/2020.

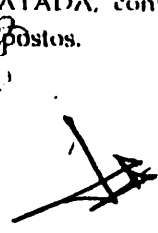
CLAUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

6.1 - A prestação do serviço deverá ser realizada pela CONTRATADA e a entrega dos produtos será de até 05 (cinco) dias úteis, contados do dia seguinte ao recebimento da nota de empenho, em remessa única da quantidade constante na nota de empenho, observadas as normas da ABNT.

CLAUSULA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1 - O pagamento será efetuado mediante ordem bancária para crédito em conta da Contratada ou através de código de barras. Neste caso, a Nota fiscal/Fatura deverá possuir o respectivo código que permita o pagamento. O pagamento será realizado em moeda corrente nacional, em 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, depois de aceite DEFINITIVO e liberação da documentação pela Contratante.

Parágrafo primeiro - O pagamento do objeto contratado será feito mediante a apresentação da nota fiscal, indicando o número da inscrição no cadastro de contribuintes do ISS - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência do Município em que seja estabelecida a CONTRATADA, ou do ICMS, de competência do Estado em que seja estabelecida a CONTRATADA, conforme seja o objeto do contrato passível da incidência de um dos dois impostos.



Parágrafo segundo – Deverá ser comprovada a regularidade da empresa mediante a emissão das seguintes certidões de regularidade fiscal:

- a) Certidão Negativa Conjunta de Tributos Federais e da Dívida Ativa da União, emitida pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria da Fazenda Nacional;
- b) Certidão Negativa de Débito - CND emitida pelo INSS;
- c) Certificado de Regularidade de Situação do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;
- d) Certidão Negativa de Débitos Estaduais, emitida pela Fazenda Estadual de onde se situar o estabelecimento da empresa contratada;
- e) Certidão Negativa de Débitos Municipais, emitida pela Fazenda Municipal de onde se situar o estabelecimento da empresa contratada.

Parágrafo terceiro – Admitir-se-á a participação no certame de empresa matriz e/ou filial, entretanto, as certidões a serem apresentadas para assinatura do contrato e para pagamento durante a eventual prestação do serviço deverá ser da mesma empresa proponente, não se admitindo a participação de matriz e a posterior apresentação da documentação da filial e vice-versa.

Parágrafo quarto – As certidões supracitadas serão obtidas mensalmente pela DP/B no portal do site oficial do respectivo órgão, devendo a licitante manter durante todo o contrato as condições de habilitação. No caso de não emissão de alguma certidão, a empresa prestadora do serviço será notificada para regularizar a situação, cabendo a mesma providenciar a regularização para posterior pagamento.

Parágrafo quinto – Para os efeitos do disposto no art. 206, do Código Tributário Nacional, a Certidão Positiva com Efeito de Negativa terá a mesma validade da certidão negativa de débitos de tributos.

Parágrafo sexto – Na falta de qualquer certidão de que trata a cláusula sétima, deste Termo, o órgão Contratante fica expressamente autorizado a ajuizar ação de consignação em pagamento, de maneira a não caracterizar a situação de inadimplência, devendo tal disposição estar contida no texto do contrato administrativo resultante da licitação. Tal disposição se aplica também na hipótese de aditivo contratual de prorrogação.

Parágrafo sétimo – O pagamento será, preferencialmente, efetuado por objeto contratual efetivamente entregue ou prestado e aceito, mediante a emissão de ordem bancária em favor da CONTRATADA.

Parágrafo oitavo – Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto persistir a pendência de qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.



Parágrafo nono - A CONTRATADA responderá pelos encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais, na execução deste contrato, pelo pessoal diretamente vinculado e subordinado, não podendo, para quaisquer finalidades, caracterizar relação de natureza empregatícia com a CONTRATANTE.

Parágrafo décimo - Os valores a serem pagos à CONTRATADA não ultrapassarão o limite previsto neste CONTRATO, salvo na hipótese de aditivo contratual, nos limites legais.

Parágrafo décimo primeiro - A CONTRATANTE reserva-se o direito de não efetuar o pagamento se, no ato da atestação, os bens ou serviços não estiverem em perfeitas condições ou de acordo com as especificações apresentadas e aceitas pela CONTRATADA.

Parágrafo décimo segundo - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe tenha sido imposta, em virtude de penalidade por inadimplemento, até que o total de seus créditos possa compensar seus débitos, podendo a CONTRATANTE deduzir da importância a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA nos termos do presente ajuste.

Parágrafo décimo terceiro - Nos casos onde ocorram eventuais atrasos de pagamento, provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados a taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas.

$$EM = I \times N \times VP \text{ e } I = (TX / 100) / 365$$

Onde:

I = Índice de atualização financeira diário;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual = 6% (seis por cento ao ano);

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data do vencimento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

Parágrafo décimo quarto - Nas hipóteses previstas na legislação pertinente, quando da emissão da fatura ou nota fiscal, a CONTRATADA deverá também destacar, após a descrição dos serviços, a importância referente à retenção do Imposto sobre Serviços, a título de "ISS a ser recolhido por substituição tributária", na hipótese de a legislação tributária do município de seu estabelecimento assim determinar, se o objeto do contrato se referir a prestação de serviços sujeita à incidência desse imposto. A menção a este destaque de que trata o caput deste parágrafo não impede a retenção por parte da CONTRATANTE.

Parágrafo décimo quinto - Sempre que a CONTRATADA apresentar sua nota fiscal



em disponibilidade com o disposto nesta cláusula, o respectivo documento fiscal será devolvido à CONTRATADA para as devidas retificações, devendo, sempre que solicitado, emitir novo documento fiscal, reiniciando-se, dessa forma, o prazo previsto no item 7.1, desta Cláusula.

Parágrafo décimo sexto – A CONTRATANTE poderá, a seu critério, descontar dos pagamentos devidos à CONTRATADA o custo com postagem de ofício decorrente de devolução de nota fiscal ou outro documento idôneo correspondente. O valor a ser descontado será o correspondente ao custo de SEDEX (com aviso de recebimento) ao CEP da CONTRATADA, relacionado na tabela praticada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – EBCT junto à CONTRATANTE.

Parágrafo décimo sétimo – Fica a Contratante responsável pela consulta online da documentação referente ao parágrafo segundo, ficando a contratada responsável de enviar a referida comprovação documental em caso de indisponibilidade pelo acesso ao Sistema. Outrossim, o pagamento encontrar-se-á desta forma, condicionado a necessária comprovação da regularidade fiscal.

Parágrafo décimo oitavo – O pagamento do objeto do Contrato já executado será feito mediante a apresentação da nota fiscal. O CNPJ constante na Nota Fiscal deverá ser o do estabelecimento da Contratada, adjudicatária da licitação.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - Os recursos para pagamento das despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da dotação orçamentária:

Programa/Ação de Trabalho nº 14101.03.122.5046.4216

Natureza de Despesa: 339030;

Fonte de Recurso nº 100.

CLÁUSULA NONA - DO EMPENHO DA DESPESA

9.1 - Os recursos necessários ao atendimento da despesa inerente ao presente Contrato, estão regularmente inscritos na Nota de Empenho Estimativo.

CLÁUSULA DÉCIMA- DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

10.1 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

10.1.1 - Caberá a CONTRATADA:

a) cumprir fielmente o presente Contrato e as obrigações, responsabilizando-se integralmente pela execução do contrato, obedecendo rigorosamente a programação constante da licitação;



- b) não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o compromisso a ser assumido, exceto se autorizado pela Administração, ressalvadas as subcontratações de empresas terceirizadas para a execução de atividades-meio, assim entendidas as decorrentes de ligação, desligamento, e outras afins;
- c) comunicar por escrito, à unidade responsável pela fiscalização deste contrato, qualquer irregularidade ou ocorrência durante a prestação dos serviços, bem como atender prontamente o que lhe for solicitado e exigido pelo Contratante;
- d) manter durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- e) responder perante a CONTRATANTE por qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência da prestação do objeto do contrato, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo a CONTRATANTE de qualquer solidariedade ou responsabilidade;
- f) observar e fazer cumprir os procedimentos destinados ao controle e acompanhamento do objeto do contrato;
- g) manter à frente da execução do objeto do contrato representante que responda integralmente pela Contratada, em todos os atos, inclusive por danos causados ao patrimônio da Contratante;
- h) qualificar seus empregados, exigindo a qualificação necessária para a execução das tarefas contratadas, fiscalizando o cumprimento;
- i) assumir as responsabilidades e obrigações constantes do processo de dispensa, bem como as que lhe forem correlatas, ainda que aqui não expressas, inclusive pelos danos causados direta ou indiretamente a Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa;
- j) prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela contratante, obrigando-se a atender de imediato todas as reclamações a respeito da qualidade do objeto contratada;
- l) reparar, corrigir, remover, as suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- m) responsabilizar-se pela qualidade e quantidade dos materiais empregados, fornecendo todo o material de acordo com as especificações técnicas e assumindo as despesas referentes a transporte, carga, descarga e movimentação de materiais, suas respectivas perdas e estocagem, assim como o processo de sua utilização;
- n) cumprir as condições de garantia e suporte técnico do objeto contratual;
- o) responsabilizar-se pela configuração, gerência da qualidade e aspectos de segurança do serviço prestado.

10.2 - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

10.2.1 - Cabe à CONTRATANTE:

- a) designar formalmente, um gestor para acompanhar e fiscalizar o contrato;
- b) publicar no D.O.E. do extrato deste contrato, no prazo de até 20 (vinte) dias, a convocação de sua assinatura;
- c) comunicar imediatamente a CONTRATADA sobre qualquer irregularidade



encontrado, na execução do contrato;

d) efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas, e em havendo atraso, haverá acréscimo de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, mais correção monetária indexada pelo IGP-DI, e multa de mora de 2% (dois por cento) calculados sobre o valor da parcela;

e) proporcionar todas as facilidades visando a boa execução do contrato, inclusive comunicando a CONTRATADA, por escrito e tempestivamente, sobre eventual mudança de endereço;

f) Repassar todos os procedimentos administrativos a serem adotados pela CONTRATANTE para execução do contrato.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

11.1 Este Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, sempre através de Termo Aditivo.

Parágrafo primeiro- O CONTRATANTE se reserva o direito de promover a redução ou acréscimo dos quantitativos contratados, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, sendo permitida a repactuação dos percentuais ajustados, como forma de preservar o equilíbrio econômico-financeiro, e tem amparo especialmente no art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei de Licitações, devendo ter, nesse caso, como fundamento, um fato imprevisível, ou previsível com consequências inelutáveis, que comprometa tal equilíbrio.

Parágrafo segundo - Em se tratando de contrato decorrente de Ata de Registro de Preços, estando dentro do prazo de sua validade, os quantitativos poderão ser acrescidos através de aditivo, sem se aplicar, neste caso, o limite previsto no parágrafo anterior.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

12.1 - Este Contrato poderá ser rescindido mediante notificação expressa, sem qualquer ônus para a CONTRATADA qualquer tipo de ressarcimento, exceto o direito de receber o estrito valor correspondente aos serviços já realizados.

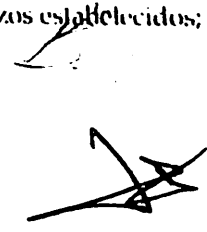
Parágrafo primeiro - O Contrato poderá ainda ser rescindido, independentemente de ação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

a) descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, especificações ou prazos;

b) declaração de falência, pedido de concordata ou dissolução da CONTRATADA;

c) alteração do Contrato Social ou modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA que, a juízo do CONTRATANTE, prejudique a execução deste pacto de compromisso reiterado de faltas, anotadas na forma do § 1º, do art. 67 da Lei nº 8.666/93;

d) inexecução do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade na execução do contrato, nos prazos estabelecidos;



- f) paralisação da execução do objeto do contrato, sem justa causa e prévia comunicação a CONTRATANTE;
- g) desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- h) subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outra pessoa física ou jurídica, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem a anuência expressa da CONTRATANTE;
- i) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere este contrato;
- j) suspensão, por parte da Administração, do objeto do contrato, acarretando modificação do valor inicial deste contrato, além do limite permitido no § 1º, do art. 65, da Lei nº 8.666/93;
- k) ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva de sua execução;
- l) no interesse da Administração, mediante comunicação com antecedência de 31 (trinta) dias, e o pagamento do objeto do contrato já executado até a data comunicada no aviso de rescisão.

Parágrafo segundo - A CONTRATADA, se der causa à rescisão contratual, fica sujeita a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato.

Parágrafo terceiro - A inexecução total ou parcial deste Contrato, por parte da CONTRATADA assegurará ao CONTRATANTE o direito de rescisão nos termos do art. 77 da Lei nº 8.666/93, bem como nos casos citados nos Arts. 78 a 80, do mesmo diploma legal, garantido o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

Parágrafo quarto - A rescisão do Contrato, nos termos do Art. 79 da Lei nº 8.666/93 poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE nos casos enumerados nos incisos I a VII, do Art. 78, da Lei nº 8.666/93;
- b) amigável, desde que haja conveniência para a Administração do CONTRATANTE;
- c) judicial, nos termos da legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES:

13.1 - A recusa injusta em cumprir as obrigações assumidas e preceitos legais, sujeitará o Contratado, garantida a prévia defesa, às seguintes penalidades previstas nos Arts. 56 a 57 da Lei 8.666/93:

- a - multa de mora;
- b - multa de mora de 0,5% (zero virgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato por dia de atraso na entrega, no início ou na execução do objeto contratado;
- c - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado pela inexecução total ou parcial do contrato;
- d - simultaneamente, qualquer das penalidades cabíveis fundamentadas na Lei 8.666/93 e na Lei 10.520/02.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VINCULAÇÃO

14.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo nº 000016.002651/2020-7.

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

15.1 - A publicação do presente Contrato deverá ser providenciada em extrato no Diário Oficial do Estado, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo máximo de até 20 (vinte) dias, na forma prevista no Parágrafo Único do art. 61 da Lei n.º 8.666/93.

CLAUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 - Todas as comunicações relativas ao presente contrato serão consideradas como regularmente feitas e entregues se enviadas por carta protocolada, fax ou correio eletrônico, mediante recibo ou outro meio onde fique formalizado o recebimento.

16.2 - Qualquer omissão ou tolerância das partes no exigir o estrito cumprimento dos termos e condições deste contrato, ou no exercer prerrogativa dele decorrente, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará o direito das partes de exercê-lo a qualquer tempo;

16.3 - Não constituem inadimplência os casos fortuitos ou de força maior previstos no art. 393 do Código Civil.

16.4 - O contrato não poderá ser alterado ou modificado em nenhuma das suas cláusulas e condições, salvo mediante mútuo acordo por escrito firmado por ambas as partes.

16.5 - AS PARTES CONTRATANTES declaram, sob as penas da Lei, que os signatários do presente instrumento são seus bastantes representantes/procuradores legais, devidamente constituídos na forma dos respectivos Estatutos/Contratos Sociais, com poderes para assumir as obrigações ora pactuadas.

16.6 - AS PARTES reconhecem que o presente instrumento foi elaborado dentro dos mais rígidos princípios da boa-fé e da probidade, sendo fruto do mútuo consentimento expresso em cláusulas que atendem plenamente os seus recíprocos interesses comerciais. Declaram, outrossim, que leram e compreenderam integralmente o conteúdo ora avençado, tendo sido exercida em toda a sua plenitude a autonomia de vontade das partes, reconhecendo que o presente ajuste é equânime e livre de ambiguidades e contradições.

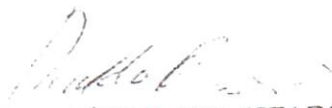
16.7 - Assim, desde já convencionado entre as PARTES, que caso haja alguma divergência entre as cláusulas do presente Contrato e as condições estabelecidas nos Anexos que o integram, serão consideradas como preponderantes as condições e disposições constantes nesse Contrato.

CLAUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1 - O foro para dirimir quaisquer litígios decorrentes deste Contrato é o da Justiça do Estado da Paraíba, comarca de João Pessoa, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem de acordo, ajustadas e CONTRATADAS, após lido e achado conforme as partes, a seguir, firmam o presente contrato, em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, cujo instrumento ficará arquivado no setor administrativo da CONTRATANTE, de acordo com o Art. 60 da Lei n.º 8.666/93.

João Pessoa/PB, 22 de dezembro de 2020.


DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA
RICARDO JOSÉ COSTA SOUZA BARROS
CONTRATANTE


PLATINA MMEI LTDA
JOSÉ CARLOS FALCÃO DA CUNHA LIMA
CONTRATADA

TESTEMUNHA 1

NOME:

DOC:

TESTEMUNHA 2:

NOME:

DOC: